

## Instrumento de crescimento

Divulgação



**Obras de pavimentação na Baixada Fluminense: benefício para a população do estado a partir de indicação legislativa**

**P**orta-vozes da população. Este papel muitas vezes cabe aos deputados estaduais – seja através da criação de projetos de lei, seja durante a atuação nas Comissões Permanentes da Casa. Mas, o que muita gente não sabe é que obras realizadas pelo Governo do estado, como pavimentação de estradas, construção de casas populares, escolas técnicas e até unidades do programa Farmácia Popular, talvez não fossem possíveis sem a iniciativa dos parlamentares da Assembleia Legislativa. As benfeitorias são conseguidas através das indicações legislativas, instrumentos regimentais que solicitam, ao Executivo, a realização de melhorias em diversos

pontos do território fluminense. “As indicações são importantes porque, quando o Governo elege as obras que são prioritárias, escolhe primeiro entre os pedidos feitos através deste instrumento”, explica a deputada Aparecida Gama (PMDB), autora de indicação que pediu a pavimentação de uma estrada em Sumidouro. A partir deste expediente, por exemplo, 22 mil idosos de Campos dos Goytacazes passaram a comprar remédios por R\$ 1, e a indústria têxtil de Nova Friburgo passou a contar com mão-de-obra especializada, graças à construção de uma unidade da Faetec em Bom Jardim.

PÁGINAS 4 e 5

*Encontro discute políticas públicas para a mulher*

PÁGINA 3

*Universitários devem prestar serviços comunitários?*

PÁGINA 6

*Seminário debate descriminalização do aborto*

PÁGINA 7

# Mudanças nas bancadas da Casa

COM A TROCA DE PARTIDOS, PMN E PTC PASSAM A TER REPRESENTAÇÃO NA ALERJ. PFL E PAN DOBRAM A BANCADA

FERNANDA GALVÃO E PEDRO MOTTA LIMA

O fim do prazo para que os deputados mudem de partido antes da eleição do ano que vem encerrou-se na última sexta-feira (30/09), mas a relação de forças na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro permanece a mesma. O PMDB, partido com o maior número de deputados, perdeu o primeiro vice-presidente da Casa e presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), José Távora, e Átila Nunes, que foram para o PFL, Leandro Sampaio, que se filiou ao PPS, Sérgio Soares, que migrou para o PTC, e Walney Rocha, que foi para o PAN. A maior bancada da Casa, porém, recebeu os deputados Dica, ex-PFL, Gilberto Silva, ex-PPS, e Fábio Silva, ex-PP, além de Aurélio Marques, eleito pelo PL.

“No PFL terei espaço para expor minhas idéias. Além disso, o prefeito do Rio, Cesar Maia, pediu que eu organizasse o partido na Baixada Fluminense”, contou Távora. Já a base de apoio ao Governo voltou a contar com Geraldo Moreira, que saiu do PSB e agora faz parte do PMN, junto com Alessandro Calazans, que estava sem partido. “Saio do PSB por uma questão política nacional. O partido está fechado com o Governo Lula,

Arte Marcelo Frauches sobre foto Augusto Carazza

PMDB – 19	PAN – 2
PSC – 9	PMN – 2
PT – 7	PTC – 1
PSDB – 4	Prona – 1
PFL – 4	PCdoB – 1
PPS – 4	PTdoB – 1
PDT – 4	PTB – 1
PL – 3	PSL – 1
PP – 3	PV – 1

Obs.: Os deputados Ely Patrício e Cornélio Ribeiro continuam sem partido

e não concordo com esta política econômica neoliberal”, disse Moreira. O novo peemedebista Aurélio Marques admitiu que, além do convite feito pelo presidente regional do PMDB, Anthony Garotinho, a mudança foi motivada pelo quociente eleitoral. “Quem quiser se eleger terá de ter um partido forte”, defendeu.

O outro partido da base de sustentação da governadora Rosinha Garotinho, o PSC, perdeu a deputada Graça Pereira, que também foi para o PFL, legenda que passou a ter quatro deputados. A crise política nacional, que levou vários depu-

tados federais a deixarem o PT, também refletiu na Alerj. O presidente da Comissão de Saúde, Paulo Pinheiro, trocou o Partido dos Trabalhadores pelo PPS, do qual já fez parte. “O partido está mais maduro e democrático, e não existem mais os problemas que me levaram a sair do PPS. Vamos ter candidato ao Governo do estado e a nominata de deputados estaduais será forte”, acredita Paulo Pinheiro. Outra legenda que recebeu reforços foi a do PDT, que agora conta com o deputado Alberto Brizola, ex-PTN, e a do PAN, que recebeu Iranildo Campos.

## Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

### PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:  
Heloneida Studart

2º Vice-presidente:  
José Távora

3º Vice-presidente:  
Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:  
Fábio Silva

1º Secretária:  
Graça Matos

2º Secretário:  
Léo Vivas

3º Secretário:  
Marco Figueiredo

4º Secretária:  
Aparecida Gama

1º Suplente:  
Leandro Sampaio

2º Suplente:  
Eliana Ribeiro

3º Suplente:  
Nelson Gonçalves

4º Suplente:  
Acárisi ribeiro

### Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

### Coordenadora:

Fernanda Galvão

### Repórteres:

Geiza Rocha  
Luciana Ferreira  
Pedro Motta Lima

### Estagiários:

Aline Fonte, Augusto Carazza,  
Andréia Quellhas, Clarisse Bretas  
Dafne Capella, Franciane Lovati  
Rony Maltz, Thayssa Plum

### Diagramação:

Marcelo Frauches

### Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

### Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

### Graciosa

### Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786

site: [www.alerj.rj.gov.br](http://www.alerj.rj.gov.br) email: [dcs@alerj.rj.gov.br](mailto:dcs@alerj.rj.gov.br)

Rua Primeiro de Março s/nº sala 506 - 20010-000 - Rio de Janeiro-RJ

## FRASES DA SEMANA

“O médico atende uma vez por semana na Polinter – ele é mais um preso do que um médico. Ele vive numa cela, com amostras grátis, e não pode prestar nenhum tipo de atendimento.”

Paulo Pinheiro (PPS), criticando as condições de saúde da Polinter



“Ouvimos a oposição dizer que vai arguir a inconstitucionalidade da contratação temporária, como se o Governo federal não tivesse feito isso. Se o Governo federal pode, por que o estado não pode?”

Paulo Albernaz (PMDB), defendendo a lei das contratações temporárias

“Para virar deputado vai ter que ser o puxa-saco do presidente do partido. Isto sem contar com esposa, filhos, cunhada.”

Domingos Brazão (PMDB), sobre a proposta de listas partidárias

# Lugar de mulher é na vida política

PARLAMENTARES DEFENDEM, NA ALERJ, POLÍTICAS PÚBLICAS EM RECONHECIMENTO AO CHAMADO 'SEXO FRÁGIL'

Augusto Carazza

DA REDAÇÃO

Qual o papel da mulher na vida política do País? A resposta a esta questão foi formulada durante o II Encontro Nacional de Deputadas Estaduais, realizado na Assembléia Legislativa, nos dias 29 e 30 de setembro. Como resultado do encontro, foi apresentada a Carta do Rio de Janeiro, que mostra como a participação feminina na política do Brasil ainda está aquém do ideal. "A pluralidade deste encontro servirá para mostrar ao País o papel da mulher na estrutura política e social, que é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna", definiu a organizadora do evento, deputada Edna Rodrigues (PMDB).

O documento, que será enviado aos presidentes da Câmara e do Senado, à governadora Rosinha Garotinho e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sugere mudanças nos legislativos municipais, estaduais e federal. O texto traz recomendações como o apoio à lei que estabelece a aposentadoria para donas de casa e a consideração dos custos dos afazeres domésticos pelo IBGE, na determinação do Produto Interno Bruto do País. "A exclusão do trabalho doméstico é um reflexo da discriminação", disse Edna Rodrigues. A situação da criança e da pessoa com deficiência também foi discutida no encontro. A Carta sugere a existência de Comissões de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência em Parlamentos de todo o País, tanto em nível federal como estadual, e a extensão do Certificado Acessibilidade Nota 10, oferecido pela comissão da Casa, única do Brasil. O certificado premia as empresas que criam condições para a acessibilidade da pessoa com deficiência. Outro ponto defendido pela Carta é o estímulo à criação de Frentes Parlamentares pela Infância e Adolescência. A deputada Maria Helena Sartori (PMDB-RS) afirmou que "a questão do abuso a crianças e adolescentes interessa às mulheres, principalmente por conta da maternidade".

O acompanhamento de pessoas que sofrem de violência, sejam mulheres ou



A deputada fluminense Edna Rodrigues lê a Carta do Rio de Janeiro, ao final do evento

## Estado anuncia Subsecretaria para Mulheres

Durante o evento, foi anunciada a criação da Subsecretaria estadual de Políticas Públicas para Mulheres. De acordo com a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), Anna Maria Rattes, o órgão servirá para garantir a prática de ações afirmativas em favor do chamado sexo frágil. "Precisamos ir além de programas e projetos, executando uma política estadual para o gênero", defendeu.

Um dos pontos mais discutidos no evento foi a violência doméstica contra a mulher. A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), relatora do pro-

jecto de lei 4.559/04, que visa a coibir a violência contra a mulher, afirmou que 90% dos casos relatados são arquivados ou levados à transação penal, o que reforça a impunidade, permitindo a reincidência e o agravamento do ato violento. "A violência contra a mulher é tratada como uma briga de esquina, quando é algo imensamente mais sério". O projeto relatado por ela, que já passou pela aprovação das comissões e tem o apoio dos líderes partidários na Câmara federal, objetiva prioritariamente proteger a mulher que denuncia a agressão.

crianças, também é privilegiado pela Carta do Rio de Janeiro. "Não existe uma política de tratamento de crianças que sofreram abuso ou de mulheres que foram estupradas. É preciso reintegrar essas pessoas à sociedade", afirmou a presidente do PMDB Mulher, vereadora Elcione Barbalho (PMDB-PA). O documento defende, ainda, a denúncia da violência doméstica e do assédio sexual, a igualdade salarial entre os sexos e a implementação de uma política que coloque mais mulheres no processo elei-

toral. Elcione defendeu o engajamento das mulheres na vida partidária: "Somos 52% do eleitorado, mas não temos uma presença significativa. Nas eleições para vereador, apenas 11,6% dos eleitos eram mulheres". Ela foi apoiada pela deputada fluminense Inês Pandeló (PT). "Somente políticas públicas sérias conseguirão trazer, para a prática, projetos que visam à igualdade entre os sexos. Nós, mulheres da política, não devemos estar aqui apenas para ocupar espaço, precisamos fazer a diferença", disse a parlamentar.

# Indicações legislativas levam d

## *Instrumento é usado para pedir obras e unidades da Faetec*

FERNANDA GALVÃO E LUCIANA FERREIRA

**E**mbora sejam medidas de iniciativa do Executivo, ações como a construção de casas populares e a pavimentação de estradas têm importante participação da Assembleia Legislativa. Como? Por meio de indicações legislativas, instrumento através do qual os parlamentares solicitam, ao Governo do estado, a execução de empreendimentos que geram despesas e que, de acordo com a lei, estão fora da alçada do Legislativo.

De uma forma geral, as indicações buscam atender necessidades registradas pelos deputados a partir do contato com o eleitorado, nos quatro cantos do estado. Casas populares que estão sendo construídas por todo o território fluminense, por exemplo, são resultado de solicitações feitas pelos deputados e aprovadas pela Alerj. Na região Centro-Sul, as indicações legislativas já resultaram na liberação de cerca de R\$ 1,1 milhão para a

construção de 50 casas populares em Levy Gasparian e 100 casas em Três Rios. Em Cardoso Moreira, no Norte do estado, já foram entregues 20 casas no loteamento São José, e outras 50 estão sendo construídas no bairro Catarino. Em Rio Claro, no Médio Paraíba, a Secretaria estadual de Habitação já construiu 50 casas solicitadas pela Alerj, e em Teresópolis, na Região Serrana, o total de investimentos até agora é de mais de R\$ 2,4 milhões.

A implantação de Farmácias Populares do Instituto Vital Brazil, programa do Governo do estado que oferece remédios a R\$ 1 para idosos acima de 60 anos e pessoas com deficiência, também foi objeto de indicações legislativas nesta legislatura. As unidades da Ilha do Governador, São João de Meriti, Resende, Araruama, Campos dos Goytacazes e Itaperuna foram implantadas atendendo a solicitações dos parlamentares. Os municípios vizinhos também são beneficiados. A farmácia de Campos, a primeira do interior, atende cerca de 22 mil idosos da cidade e dos municípios de Cardoso Moreira, Italva, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. A pefelista Graça Pereira, autora da indicação que deu origem à unidade da Ilha do Gover-

nador, justifica a medida. “As indicações são um lembrete ao Governo, de que aquelas obras são importantes para a comunidade”, afirma.

Outra preocupação dos parlamentares ao criar indicações legislativas é a condição das estradas estaduais. Em maio, foram entregues 22 quilômetros de pavimentação da RJ-152, que liga Cantagalo, na Região Serrana, a Itaocara, na Região Noroeste. A obra, num valor de R\$ 3,9 milhões, foi solicitada pela deputada Aparecida Gama (PMDB), que também fez uma indicação legislativa para a pavimentação, drenagem e sinalização da RJ-156, entre Volta do Peão e Sumidouro – um investimento de R\$ 5,4 milhões. “É claro que temos outros meios para solicitar estas melhorias, como abaixo-assinados, ofícios e reuniões com os secretários, mas as indicações têm um peso importante nas decisões do Executivo”, pondera a deputada.

A ampliação do ensino técnico no estado também teve participação dos parlamentares, que solicitaram a construção de unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) para diversos municípios. Por ano, mais de 200 mil alunos são atendidos em todo o estado, cursando disciplinas como inglês e informática. Os alunos também podem se inscrever em disciplinas específicas voltadas para o mercado de trabalho de sua região. As unidades de São João da Barra, Bom Jardim, Barra do Pirai, Bom Jesus de Itabapoana, Itaocara, Petrópolis e Três Rios foram construídas a partir de indicações. “As unidades que solicitamos ajudam a atrair empresas para as regiões, já que preparam mão-de-obra qualificada para diversas áreas da economia”, explica Armando José (PP), autor da solicitação de Faetec para Três Rios.



# Desenvolvimento a todo o estado

*No sentido horário, melhorias solicitadas através de indicações legislativas: Faetec prepara alunos para o mercado de trabalho em Bom Jardim; casas populares propiciam condições de moradia digna em Rio Claro; e a Farmácia Popular de Araruama, que vende remédios a R\$ 1 para idosos e pessoas com deficiência. Na página ao lado, obras de pavimentação em Sumidouro*

Fotos Divulgação



## Para presidente de comissão, medidas servem de sugestão ao Executivo

Dois caminhos levam à criação de uma indicação legislativa: autoria do próprio deputado, ou adaptação de projeto de lei feita pela Comissão de Indicações Legislativas. De acordo com o presidente da comissão, deputado Marcos Abrahão (PSL), alguns projetos de lei que chegam a plenário com vício de iniciativa – iniciativas que deveriam ser de competência do Executivo ou do Judiciário – recebem parecer de transformação em indicação. A partir daí, a proposta é enviada

à Comissão de Indicações e, em seguida, encaminhada à governadora Rosinha Garotinho. “Normalmente, são projetos que tratam de assuntos que geram despesas, ou que deveriam, de acordo com a Constituição estadual, ser de iniciativa do Executivo, como medidas ligadas ao servidor. Estes projetos, então, servem de sugestão para o Governo do estado”, afirma Abrahão, à frente da comissão desde março.

De acordo com o deputado, este

ano passaram pela comissão 230 proposições. “A maioria delas diz respeito a pedidos de obras, que chegam aos deputados através das suas bases eleitorais”, explica o presidente da comissão. Abrahão afirma que se sente lisonjeado, por estar à frente da comissão. “Por aqui, passam iniciativas que podem mudar a vida de muitas pessoas. Como fui eleito para representar os interesses do povo, como presidente desta comissão sinto que estou cumprindo meu dever”, diz.

## ALUNOS DE UNIVERSIDADES ESTADUAIS DEVEM PRESTAR SERVIÇOS COMUNITÁRIOS?

## CORONEL JAIRO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PSC

**Obrigações descabidas**

Augusto Carazza

A lei que determina a prestação de serviços comunitários pelos alunos do ensino superior público viola o princípio da autonomia universitária. Ao cobrar o “investimento da sociedade”, o programa, chamado de Compromisso Social, acaba atropelando as bases do princípio do ensino gratuito e diferencia o aluno da rede estadual daqueles de instituições particulares que tiveram sua formação custeada por bolsas públicas – estes, livres do serviço obrigatório.



É um erro imaginar que o aluno da universidade pública seja um privilegiado. O questionário que acompanhou o Provão de 2004 revelou que 46,2% dos estudantes das universidades federais vieram da própria rede pública. Entre todos os alunos, 42,8% têm renda de até três salários mínimos. No caso do estado do Rio, a cota para os que vêm da rede pública aumentou essa proporção.

A lei que cria o Compromisso Social ainda prevê que os convênios de extensão das universidades com o estado sejam executados pelos integrantes do programa. Essa exigência, de um lado, acaba criando uma casta de servidores de segunda categoria, sem concurso nem estabilidade. De outro, diminui muito as chances dos alunos que estão estudando e precisam dos programas de extensão para pôr em prática aquilo que aprendem. A questão financeira também

**“Os pais do aluno pagam os impostos que custeiam a universidade”**

é importante. O valor da bolsa-auxílio (R\$ 190), que o estado mal tem condições de prover, não cobre as necessidades de um recém-formado. Seria impossível acumular o trabalho privado e a função estatal, já que

o jovem precisa de concentração no primeiro emprego. Sem contar o fato de que os pais desse aluno, ou ele próprio, pagam os impostos que custeiam o sistema universitário.

O serviço social proposto já existe na forma da pesquisa e da extensão universitária, sendo prestado durante o próprio curso. Acabar com essa forma de serviço civil obrigatório é a maneira mais sensata de agir. Há outras formas de combater a individualidade e fortalecer a consciência social. De resto, a cidadania deve ser construída através de incentivo, e não de imposição. Caso contrário, os serviços comunitários transformam-se em fardo.

## GRAÇA PEREIRA

DEPUTADA ESTADUAL PELO PFL

**Viver para servir**

Augusto Carazza

Acho muito louvável a idéia do ex-deputado Otávio Leite, que implantou o compromisso social aos jovens universitários. Muitas vezes estes jovens passam por esse período de suas vidas sem se dar conta do quanto poderiam ser úteis para as camadas mais carentes. Uma tarde de cada um, em um dia na semana, bastaria para ajudar um sem-número de pessoas.



Eles poderiam dar aulas suplementares das mais diversas áreas, promover recreação e esportes em praças e áreas carentes, fisioterapia para portadores de deficiências que os impeçam de se locomover, enfim; atividades tantas que só trariam benefícios a eles mesmos, dando compreensão da vida e do porquê vivemos neste mundo. Pois quem não vive para servir, não serve para viver, já diziam os antigos.

Em que pese a preocupação do nobre deputado Noel de Carvalho, qual seja a de ferir o artigo 207 de Constituição Federal, esta não encontra razão de ser. A lei em tela respeita a autonomia universitária, na medida em que atribui às instituições de ensino a implantação do referido programa, seja de forma direta, seja através de convênios ou parcerias. Isto quer dizer que a instituição terá completa autonomia para estabelecer critérios e definir metas.

O que se pretende é a formação de cidadãos conscientes, a busca do equilíbrio e o combate às desigualdades sociais,

**“O que se pretende é a formação de cidadãos conscientes”**

uma vez que os jovens formados não se distanciarão da realidade que os cerca, podendo contribuir sobremaneira para transformá-la.

Não é demais recordar que, nos dias atuais, discute-se a humanização de profissionais que se distanciam, cada vez mais, dos juramentos das cadeiras acadêmicas, esquecendo-se da sua missão e, sobretudo, da responsabilidade social contida em qualquer atividade. Por fim, caso sejam superados os argumentos aqui trazidos e acolhida a revogação proposta, espero que tão nobres idéias sejam, mesmo que por sugestão, recepcionadas pelas instituições de ensino e inseridas na grade curricular dos cursos. Não feriríamos o artigo 207 da Constituição Federal e teríamos uma juventude consciente de que a máxima da vida é amar a Deus e ao próximo como a si mesmo.

# Direito ao aborto legal em questão

INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ FOI TEMA DE SEMINÁRIO E DE PESQUISA PROMOVIDOS PELA COMISSÃO DA MULHER



Rony Maltz

Das 215 pessoas que votaram em frente à Alerj, 84% foram a favor da descriminalização

ANDRÉIA QUELHAS

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher foi às ruas para saber o que as pessoas pensam sobre a descriminalização do aborto. As opiniões foram colhidas em uma votação, realizada no dia 28 de setembro, na escadaria do Palácio Tiradentes. Das 215 pessoas que votaram, 84% foram a favor da medida. O plebiscito fez parte do II Seminário Saúde Reprodutiva, Aborto e Direitos Humanos, organizado pela comissão, que marcou o Dia da Luta pela Descriminalização do Aborto. “O aborto existe, é fato. Queremos que ele aconteça de forma mais segura para a mulher, mas isso só será real com a legalização”, justificou a presidente da comissão, deputada Cida Diogo (PT).

Segundo dados do Sistema Único de Saúde (SUS), um milhão de abortos são realizados todos os anos no Brasil, sem contar os que acontecem em clínicas ilegais ou na própria casa das pessoas. Para os defensores da mudança na legislação, os números reforçam uma pesquisa divulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que mostra que o aborto é a quarta maior causa de morte no mundo. “Temos leis que não cuidam da saúde da mulher e não diminuem o número de abortos, ou seja, não funcionam”, disse o médico e presidente da Comissão Nacional contra a Violência Sexual

da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Jorge Andalaft.

Para a advogada Maíra Fernandes, o Brasil ficou para trás nas discussões mundiais sobre a descriminalização do aborto. Segundo ela, nos Estados Unidos, a interrupção da gravidez é permitida no primeiro trimestre de gestação, regulada no segundo e proibida no terceiro. “O Brasil está atrasado em uma questão que já é discutida há muitos anos no mundo. Nos Estados Unidos e na Europa, fizeram uma ponderação entre o direito à vida do feto e da gestante. E a partir desse ponto ficaram com o direito de escolha da mulher”, explicou Maíra, que também é pesquisadora na área de Direitos Humanos.

Mas nem todos os presentes no seminário concordavam com a legalização. Universitário e diretor do Instituto Juventude pela Vida, Bruno Schroeder afirmou defender a vida e, por isso, ser contra a interrupção da gravidez por vontade da gestante. “Descriminalizar o aborto é um retorno à barbárie”, disse. Ao contrário do estudante, a defensora pública Bernardett Espírito Santo afirmou que o direito de escolha da mulher é essencial, e que é hora de o Estado assumir seu papel educador. “O Estado se omite ao não dar educação, e retira a legalidade da escolha da mulher. A lei impõe que a criança nasça, mas depois não cuida dela”, argumentou a advogada.

## CURTAS

### Relatório do lixo

Os deputados da Comissão Especial do Lixo apresentaram, no último dia 27, seus relatórios preliminares. Superfaturamento, déficit na prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado, utilização de práticas já proibidas pelo TCE e manutenção do “estado de emergência” além do prazo permitido foram algumas das irregularidades detectadas pelo parlamentar. A comissão pretende discutir as mudanças que podem ser feitas na legislação para coibir tais práticas.

### Ação contra pedágios

A Comissão de Assuntos Municipais realizou audiência pública no último dia 27 para exigir o cumprimento da Lei 4.044/02, que proíbe a instalação de praças de pedágio dentro de municípios. Presidente da comissão, o deputado Paulo Ramos (PDT) disse que irá ao Ministério Público para resolver a situação. Durante a audiência, foram analisados os casos de Itaboraí e Xerém, distrito de Duque de Caxias, onde moradores chegam a gastar R\$ 12,80 para se locomover dentro da própria cidade. Para a solução dos casos, foi sugerido o cadastro de moradores para obter isenção do pedágio.

### Roubo de ascarel

A Comissão de Meio Ambiente vistoriou o antigo prédio do *Jornal do Brasil*, na Zona Portuária, no último dia 27, e verificou o roubo de 11 mil litros de ascarel, óleo altamente cancerígeno. Técnicos da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente recolheram amostras do material, que foi levado por bandidos que invadiram o prédio para roubar fios de cobre dos geradores. Atualmente, o imóvel pertence ao Governo federal, que pretende instalar no local o Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia.

## ENTREVISTA GERALDO MOREIRA

DEPUTADO PELO PMN

*‘O deputado tem de ser um fiscal’*

FERNANDA GALVÃO

**C**hacinas, mortes de policiais, violência doméstica, falta de remédios na rede pública. Ouvir relatos de casos como estes é uma das tarefas da Comissão de Direitos Humanos da Casa, presidida pelo deputado Geraldo Moreira (PMN). O parlamentar denuncia que o dia-a-dia do fluminense está repleto de cenas de desrespeito aos direitos mais básicos do cidadão. “Menores abandonados, filas de desempregados, pessoas sem atendimento nos hospitais, celas superlotadas, tudo isso fere os direitos humanos”, afirma ele, aproveitando para alfinetar os que criticam a atuação da comissão – que se engajou na luta das famílias de vítimas da chacina da Baixada Fluminense e na defesa dos presos da Polinter. “A sociedade desenvolveu uma cultura que diz que defender os direitos humanos é defender o delinqüente, e não é verdade. Protegemos a lei. E isto vale para presos, policiais, brancos, negros, homens e mulheres, enfim, para todos”, garante.

**O senhor está há dois anos como presidente da comissão. Como avalia este período de trabalho?**

Procuramos sempre atuar de maneira efetiva e permanente. Prova disso é que a mídia destaca um ou outro caso mais rumoroso, em que a comissão esteja atuando, mas nosso trabalho vai muito além disso. Atualmente, temos 350 casos sendo acompanhados pela comissão, e são as mais variadas situações. Recebemos desde denúncias de falta de remédios na rede pública, agressões contra mulheres e demora em decisões judiciais, até casos conhecidos, como a chacina da Baixada Fluminense e a superlotação na Polinter. Nossos processos sempre têm início, meio e fim, e procuramos dar respostas ao cidadão que nos procura. Geralmente, ele procura a comissão porque não sabe mais para onde correr.



Rony Maltz

**O senhor acredita que o atendimento dado pela comissão completa o trabalho do parlamentar?**

Nossa atuação mostra que o trabalho não pode se limitar à legislação. O deputado, principalmente o que é membro de comissão, tem de ser um fiscal prático e objetivo do que acontece ao seu redor. No

acontece é que a sociedade hoje é hipócrita. O caso dos presos, por exemplo. O sistema prisional é considerado o dejetado da sociedade, e ninguém quer se preocupar com isso. Só que o delinqüente é fruto desta mesma sociedade, então temos responsabilidade sobre isso, sim. Hoje, eles estão lá, amontoados como cachorros. Entram como ladrões de celular e saem estupradores, seqüestradores. Todos deveriam se preocupar com a situação dos presos, se não pelo valor humanitário, mas pelo preço que a sociedade vai pagar depois, com o tempo.

*“Procuramos sempre dar respostas ao cidadão que nos procura”*

caso da comissão, percebemos que os resultados aparecem mais quando não nos limitamos à comunicação por ofícios. Por isso é necessário estar à frente das ações.

**O senhor disse que a sociedade está equivocada em relação à política de direitos humanos. O que quis dizer com isso?**

Criou-se uma cultura de que o defensor dos direitos humanos na verdade defende só o delinqüente, e não é verdade. O que

**O senhor pretende realizar alguma ação conjunta com outra comissão da Casa?**

Queremos fazer um trabalho com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, por conta das denúncias de violência doméstica que recebemos, que são muitas. Outras comissões podem ser procuradas por nós, porque temos áreas onde precisamos atuar o quanto antes, como é o caso do desrespeito às pessoas com doenças mentais e aos que dependem da seguridade social. A idéia é casar o nosso trabalho com o dos outros parlamentares.